

Reunião GT 23 de novembro de 2017

Entidades sindicais abriram reunião cobrando mais uma vez da Petrobrás a liberação de Tedesco. Reforçaram com ênfase (destacando possível má intenção de gestores), pois alegaram nos últimos encontros que estariam dependendo da apreciação da diretoria (Celestino/Marcusso). Disseram que há expectativa de ter uma resposta até hoje.

Foi questionado pelas entidades sindicais se já há data para o encontro com a PREVIC. Petrobrás destacou que não há novidades e jogou a responsabilidade para Petros que deveria organizar o encontro. Petros falou que não há novidades (sem dar nenhum detalhe de dificuldade).

Petros alega dificuldade, pois precisaria ter 'chancela das 3 partes do grupo'.

Entidades sindicais destacam novos pontos para serem levados à PREVIC para ajudar no convencimento do adiamento do equacionamento:

- O IBA – Instituto Brasileiro de Atuária - sugeriu ao CNPC que altere as resoluções 18 e 26 que interferem em equacionamento de déficit de planos mais antigos. Como isso pode alterar nosso cenário de cálculos, é mais um argumento para conseguirmos o sobrestamento.

- Levantar a situação dos participantes que estão com reserva de poupança presa no PPSP e não podem fazer a portabilidade para o Plano Petros 2. Em tese, precisaria haver rompimento de contrato, mas há exceções já consumadas nesse sentido. Dúvida se os valores que estão no PPSP estão no balanço do plano, de modo a afetar o equacionamento, Petros ficou de confirmar. Petrobrás defende que não é bom misturar esse tema no debate com a Previc.

Petrobrás recobra o tema da ida à PREVIC destacando que ainda não considera existir um 'fato relevante' razoável para se defender o adiamento do equacionamento. Entidades rebatem alegando que os pontos colocados podem resultar sim em um desses fatos, apesar não existirem concretamente agora.

Os representantes da Petrobrás destacam que não concordam em citar o parecer do MP como fato relevante a ser utilizado no debate com a PREVIC.

Os representantes da Petrobrás perguntaram se poderia haver suspensão dos processos judiciais das entidades sindicais caso a Previc concorde com a prorrogação do prazo de implantação do equacionamento do

déficit. Os representantes das entidades sindicais ficaram de se posicionar na próxima reunião do GT.

Ao final, ficou definido que as assessorias jurídicas iriam elaborar uma minuta de carta a ser enviada à Previc com todos os argumentos que possam justificar o adiamento do equacionamento e que essa minuta seria revisada e aprovada na próxima reunião do GT.

Adicionalmente, os representantes das entidades sindicais solicitaram estimativa do valor (por amostragem) de impacto dos 30% já finalizado do recadastramento concernente à família real. Os representantes da Petros e da Petrobrás destacam que essa proposta pode gerar distorções, pois o impacto dessas alterações provavelmente se dará na composição familiar do pessoal da ativa. Esse filtro deve ser feito levando em consideração esse detalhe. Os representantes da Petros informaram que farão essa análise.

Em seguida, houve novamente um grande debate sobre o TCF do pré-70, em que os representantes da Petros defendem que seus efeitos estabeleceriam uma nova submassa no plano. Os representantes das entidades sindicais afirmaram que NÃO HÁ ESSA SEPARAÇÃO DE MASSAS no plano.

Ao final da reunião, os representantes da Petrobrás informaram que na próxima terça – 27/11, provavelmente, terão novidade sobre data da reunião com a PREVIC.

Representantes das entidades sindicais:

Agnelson Camilo

Hélio Libório

José Válido Azevedo

Luciano Ponce

Marcello Gonçalves

Norton Cardoso Almeida

Paulo César C. Martin

Paulo Teixeira Brandão

Ronaldo Tedesco –AUSENTE POR FALTA DE LIBERAÇÃO